



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

---

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Ata N.º 02/2019**

**Data da Sessão Ordinária**

22 de Fevereiro de 2019

**Início**

20:30 horas

**Termo**

23:55 horas

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o n.º de registo vinte e sete, de treze de fevereiro de dois mil e dezanove, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, António Manuel dos Santos Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo.-----

Faltaram a esta sessão as Senhoras Deputadas Carla Alexandra Pereira Silvério e Maria do Rosário Costa Martins, as quais apresentaram justificação.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da CMC, Sérgio Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Ana Filipa Montalvo, Júlia Amorim e Sónia Varino. Também estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs para ocupar o lugar de segundo secretário, em virtude da ausência da titular, a Senhora Deputada Filipa Ferreira (PS).-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha a ata número cinco de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, para análise e aprovação.-----



Posta a votação a ata número cinco de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade com algumas correções efetuadas na presente Assembleia Municipal e aceites pela mesa.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente que ocorreu entre a última Assembleia e a presente.-----

Questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção neste período. Inscreveu-se para intervir, o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) para informar que a sua bancada tinha uma recomendação para apresentar sobre o tema “Parque Infantil Dr. Luís Soares” que leu. (Fica anexada a esta ata, como **Anexo I**, e dela faz parte integrante). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a recomendação a votação para discussão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida, questionou os Senhores Deputados se pretendiam intervir relativamente a esta Recomendação.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) referiu que gostava de ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a evolução desta situação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente à recomendação que a bancada da CDU apresentava nesta Assembleia Municipal, tinham encontrado muitas infraestruturas em ruínas e a precisarem de substituição, entre as quais o referido Parque Infantil e, não se podia chegar a todo lado ao mesmo tempo. Tinha de ser feita uma rigorosa planificação dos investimentos procurando linhas de financiamento ao nível dos fundos comunitários. O Parque Infantil de Montalvo tinha sido objeto de uma candidatura à linha de apoio do turismo e aguardava a sua aprovação.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) voltou a pedir a palavra para informar que o que a recomendação pretendia dizer, era que se deveria adquirir, de acordo com o projeto existente, os equipamentos necessários para resolver uma situação momentânea urgente. A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) voltou a pedir a palavra referindo que, atendendo ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, não fazia sentido a recomendação apresentada pela CDU.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal informação sobre os equipamentos que estavam completamente degradados.- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, referindo que de entre outros, as madeiras do Açude de Santa Margarida, uma vedação no Parque Infantil na Portela e vários Parques Infantis sem certificação.-----

filament

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo pediu a palavra, referindo que independentemente do Parque Infantil estar a seguir o seu percurso normal, pretendia saber como estavam as obras da ETAR de Montalvo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que embora fora do âmbito da discussão, tinham candidatado a ETAR de Montalvo a um determinado programa de financiamento que tinha sido aprovado. Quanto ao Parque Infantil, tinham preparado o projeto, fizeram a candidatura e aguardavam a resposta. -----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a *Recomendação* a votação, sendo a mesma rejeitada com sete votos contra do PS, quatro votos a favor da CDU, um voto a favor do MIC e quatro abstenções do PS, pelo que foi rejeitada por maioria.-----

O Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) solicitou a palavra, referindo que pretendia apresentar uma questão relacionada com o rastreio oral, efetuado em parceria com o Centro de Saúde do Campo Militar de Santa Margarida, solicitando o impacto e a adesão sobre o mesmo. Questionou ainda, qual o ponto de situação da Extensão de Saúde de Montalvo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que em relação ao Rastreio de Saúde Oral, que seria feito no Campo Militar de Santa Margarida, ainda não tinham obtido a validação do protocolo por parte das Entidades Militares. Relativamente à Extensão de Saúde de Montalvo, o projeto estava feito e tinha sido enviado para a ARS para validação final, uma vez que a ARS tinha apresentado várias recomendações para alteração do projeto. Referiu que existia uma brecha na reprogramação dos fundos comunitários ao nível da CCDR, que iria abrir durante o primeiro semestre do corrente ano, para infraestruturas de saúde, o qual iria permitir candidatar a Extensão de Saúde de Montalvo a apoio financeiro comunitário de oitenta e cinco por cento.-----

O Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) solicitou novamente a palavra para dizer que ainda não tinha recebido os documentos solicitados relativos a algumas Entidades, nomeadamente do Conselho do ACES do Médio Tejo e do Conselho Municipal de Segurança.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não estava naquele momento em condições para responder à questão colocada, pelo que se comprometia a fazer chegar ao Senhor Deputado o esclarecimento por escrito.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados que tinha sido distribuída no início da sessão, uma informação com um ponto para ser acrescentado

à ordem de trabalhos, como tal, era necessário colocar a votação a introdução deste ponto. Assim, no ponto número dois referente à “Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de contratação de fornecimento de eletricidade ao abrigo do Acordo-Quadro da CIMT – Para deliberação”, este concurso tinha ficado vazio e era urgente abrir um novo procedimento. Era precisamente este ponto que pretendia introduzir para contratação de fornecimento de eletricidade, ao abrigo do acordo quadro, para autorizar o executivo à abertura de um novo procedimento. Esse novo ponto passaria a ser o ponto número três, sendo os seguintes alterados sucessivamente na sua ordem, questionando os Senhores Deputados se tinham alguma objeção para que fosse feita esta alteração.-----

Não havendo objeções, a alteração foi colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos. Feita a sua leitura e posta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de contratação de fornecimento de eletricidade ao abrigo do Acordo-Quadro da CIMT – Para deliberação;-----
3. Novo Procedimento para a contratação de fornecimento de eletricidade ao abrigo do Acordo-Quadro da CIMT – Autorização da abertura do procedimento;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta: Conclusão do período de discussão pública “Constância Maior Valor” – Ação 4, Valoriza-te, Valoriza-nos – Bolsas de estudo ao ensino superior – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Descentralização Administrativa – Transferência de competências para os órgãos municipais ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto e respetivos diplomas setoriais – Para deliberação;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta: Adenda aos acordos de execução e de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Constância – Para deliberação;-----

*Alfama*

7. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta: Contrato-Programa para a ano de 2019 a celebrar com a Associação Casa Memória de Camões em Constância – Para deliberação;-----
8. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta: Instalação de quiosque de lavandaria – Isenção de taxas – Para deliberação;-----
9. Declarações ao abrigo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso – Recebimentos em atraso, pagamentos em atraso e compromissos plurianuais – Para conhecimento;-----
10. Prestação de contas e relatórios de execução dos contratos de 2015, 2016 e 2017 da Associação Centro de Ciência Viva de Constância – Para conhecimento;-----
11. Relatórios de execução dos contratos programa de 2017 e 2018 da Associação Casa Memória de Camões em Constância – Para conhecimento;-----
12. Denúncia de incumprimento de regulamento de atribuição de apoios financeiros e não financeiros e do plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas – relatório das diligências externas efetuadas pela Inspeção Geral de Finanças – Para conhecimento;-----
13. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
14. Outros assuntos de interesse.-----

**PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se pretendiam intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.-----

Inscreveram-se os Senhores, Carlos Lopes, de Montalvo, Luís Gonçalves, de Constância e Luís Silvério, da Portela.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes.-----

O Senhor Carlos Lopes questionou acerca das alterações e edificações que têm sido efetuadas no Parque de Campismo, através da empresa que o explora.-----

O Senhor Luís Gonçalves referiu que tendo em consideração a qualidade quer dos equipamentos municipais, quer da qualidade dos monitores, se a Câmara Municipal de Constância equacionava a hipótese de estabelecer protocolos com o Ministério da Saúde para autorização, como forma de preservar a saúde, utilizando esses mesmos equipamentos. A segunda questão foi para enaltecer o arranjo do fontenário existente na Avenida das Forças Armadas, onde foi colocada uma nova placa de identificação.

Perguntou se a placa que lá existia foi para recuperação, dado que fazia menção à memória dos Autarcas do 25 de Abril.-----

O Senhor Luís Valério colocou uma questão sobre o trabalho efetuado na limpeza das linhas de água. Outra questão teve a ver com a localização da nova ponte sobre o rio Tejo. Sobre o Eco Parque do Relvão, alertou os autarcas do Concelho de Constância sobre os problemas ambientais que daí advinham, nomeadamente na Freguesia de Santa Margarida da Coutada onde acresciam outras fontes de poluição, como a Companhia Celulose da Caima, a Central do Pego e ainda tinham para agravar a situação, os paióis nacionais no Campo Militar de Santa Margarida. Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a existência, ou não, de estudos sobre doenças oncológicas no Concelho. Por último, perguntou por que razão é que o Município de Constância não tinha assento permanente na direção do Eco-Parque do Relvão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Carlos Lopes, Informando que o Parque de Campismo funcionava o ano inteiro e que a torre que lá existe e os obstáculos em madeira, eram estruturas amovíveis para uso dos clientes do Parque de Campismo e qualquer alteração que pretendam efetuar dentro do mesmo, têm de pedir a respetiva autorização ao proprietário daquele espaço, que é o Município de Constância. Relativamente às questões apresentadas pelo Senhor Luís Gonçalves, relacionadas com a saúde sénior, além das atividades recorrentes, o Município estava a elaborar um projeto *Regulamento do Cartão Sénior* que mediante determinadas condições, pudessem usufruir de um conjunto de descontos nos equipamentos municipais, como a Piscina, o Pavilhão Desportivo ou o Cine Teatro. Em relação ao fontenário, não tinha sido arrancada qualquer placa existente, apenas se procedeu a uma limpeza para o espaço ficar mais aprazível. Relativamente às questões apresentadas pelo Senhor Luís Silvério, sobre a limpeza de linhas de água em diversas localidades do Concelho, tinha sido contratada uma empresa para o efeito e a perceção que tinha, era que as linhas de água tinham ficado devidamente limpas. Quanto à questão da Ponte da Praia do Ribatejo, referiu ter uma posição muito clara relativamente ao assunto, posição essa que sempre defendeu ou seja, a ponte deve ser construída dentro do território do Concelho de Constância. Se eventualmente só for possível fazê-la à extrema dos dois Concelhos (Constância e Abrantes), que seja, não via qualquer tipo de inconveniente. A posição da Câmara Municipal de Constância era de que a construção da nova ponte pudesse servir o Concelho de Constância e lutariam com tudo o que estivesse ao seu alcance para que isso fosse uma realidade. Relativamente à questão do Eco-Parque do Relvão, referiu que a empresa

deixou de ser a Resitejo, um assunto que já tinha vindo à Assembleia Municipal, a nova empresa designa-se por RSTJ (Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, SA) e o representante do Município na RSTJ era o Senhor Vereador Jorge Pereira. A posição do Município em relação à integração no Conselho de Administração tinha sido não estar disponível para a integrar dada a sua complexidade de gestão e disponibilidade de tempo. O que tinha ficado delineado em relação à Presidência, era que a mesma ficaria para o Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, com a Câmara Municipal da Chamusca por direito próprio, e a Câmara Municipal de Alcanena. Todos sabiam que a antiga Resitejo, hoje a RSTJ, tinha os problemas que tinha, ninguém gostava de ter aterros ao pé da porta, no entanto eles tinham que existir em algum lado. Na altura da sua construção na visão dos dois autarcas, quer de Constância, quer da Chamusca, foi a visão de ter uma infraestrutura quase na fronteira dos dois Concelhos e com isso galvanizar a questão de uma nova travessia sobre o rio Tejo. -----

**PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA CIMT – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que se tratava de um procedimento para aquisição de serviços de eletricidade, iluminação pública e edifícios municipais.-----

E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**PONTO 3 - NOVO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO CIMT – AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, explicou que o procedimento anterior tinha ficado sem efeito, porque nenhuma proposta poderia ser acima do preço base, pretendia-se assim, abrir um novo procedimento para aquisição deste serviço.-----

E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA:**

**CONCLUSÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA “CONSTÂNCIA MAIOR VALOR” – AÇÃO 4, VALORIZA-TE, VALORIZA-NOS – BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que relativamente a este assunto foram feitas algumas alterações ao Regulamento de atribuição de bolsas de estudo, concretamente na alteração dos escalões no respeitante às capitulações.-----

A Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) pediu a palavra solicitando um esclarecimento: no ponto oito do documento, na documentação necessária para requerer a bolsa, na alínea e) quando era referido a entrega de documento comprovativo da renda mensal, no caso de o candidato se encontrar a residir no local onde se encontrava a estudar, era indicado, até ao limite de cento e cinquenta euros. Atendendo que um quarto por cento e cinquenta euros era difícil de encontrar, questionou se no caso de o valor da renda ser superior, se isso implicava a exclusão?-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra esclareceu que o aluno não era excluído, ou seja, tratava-se apenas de um montante máximo a ser considerado para efeitos de bolsa. Não era um fator de exclusão.-----

O Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) pediu a palavra para perguntar se a discussão era sobre a inclusão de uma proposta ou a discussão do projeto de Regulamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o que estava em discussão era o projeto de Regulamento com as respetivas alterações.-----

O Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) voltou a pedir a palavra para referir que a finalidade do regulamento era apoiar o prosseguimento de estudos dos alunos com dificuldades económicas, residentes no Concelho de Constância com aproveitamento escolar e que, por falta de condições económicas ficavam impossibilitados de o fazer. Deu os parabéns pela abolição do último escalão de rendimentos, ficando na expectativa de numa próxima revisão, o escalão seguinte também fosse abolido.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para referir que era boa ideia aceitar as sugestões dos munícipes. Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os mais vulneráveis deveriam ser apoiados para que ninguém ficasse para trás. Era o que se pretendia com estes apoios.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com três abstenções da



bancada da CDU.-----

**PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS AO ABRIGO DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E RESPECTIVOS DIPLOMAS SETORIAIS – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que entraram em vigor mais diplomas referentes à descentralização administrativa, nomeadamente nas áreas da Educação, Cultura, Saúde e Proteção, Saúde Animal e Segurança de Alimentos. Informou o plenário que neste momento não existia por parte do Município, capacidade para aceitar este conjunto de competências.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA: ADENDA AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO E DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra referiu que os acordos efetuados com as Juntas de Freguesia, anteriormente aprovados nesta Assembleia Municipal, após um debate mantido entre o Executivo Municipal e os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, constatou-se a necessidade de se proceder a alguns ajustamentos, nomeadamente com algum reforço financeiro para as três Juntas de Freguesia. As questões alteradas estavam devidamente sinalizadas nos documentos entregues.-----

O Senhor Deputado Joaquim Santos (CDU) pediu a palavra para apresentar algumas dúvidas sobre a disponibilização de Assistentes Operacionais do Município à Junta de Freguesia de Montalvo, para realização de funerais nesta Freguesia, tudo isto envolvia custos, no final do ano os quatro mil euros atribuídos à Freguesia de Montalvo representavam bem mais.

. Disse ter a noção que as verbas atribuídas criavam um grande desequilíbrio entre as Freguesias, beneficiando uma, que via a sua fatia financeira crescer dois virgula oito por cento, enquanto as outras duas viam a sua fatia diminuir.-----

Tinham passado apenas oito meses desde o último acordo e já estavam a celebrar um outro sem que fosse referido o critério. No mandato anterior a Junta de Freguesia de Montalvo recebia apenas seis mil euros e a Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada doze mil, o que não era justo! Neste acordo, existia um nivelamento entre as duas freguesias. Estamos perante um novo desequilíbrio que beneficiava a Freguesia de Montalvo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, esclarecendo que relativamente à questão dos Assistentes Operacionais para a Freguesia de Montalvo, a Junta de Freguesia tinha apenas um prestador de serviços que assegurava os funerais em Montalvo. Em determinados momentos se não houvesse capacidade ou disponibilidade através dessa pessoa, o Município iria auxiliar a Junta de Freguesia nessa tarefa. Em relação à questão dos acordos de execução das Juntas de Freguesia e o facto de se reforçarem as verbas para as mesmas, tratava-se de uma necessidade que era integralmente assumida. Referiu ainda que não encontrava qualquer situação de desequilíbrio entre as várias Freguesias, dado serem realidades territoriais diferentes.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que deveriam ser os Presidentes de Juntas de Freguesia a analisar e a acordar com a Câmara Municipal sobre as suas necessidades.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, referindo que as verbas atribuídas às Freguesias, em sua opinião, não estavam corretas. Hoje, com os meios que a Câmara Municipal dispunha, não seria difícil saber a área de cada Freguesia, a extensão dos arruamentos urbanos, os estradões florestais onde as Freguesias intervêm, a população, o número de óbitos, o número de cemitérios, os espaços verdes e equipamentos públicos onde as Freguesias tinham responsabilidades, assim como o trabalho administrativo de cada Freguesia.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou os Senhores Deputados que as Juntas de Freguesia viram as transferências da Câmara Municipal, bastante reforçadas em comparação com aquilo que era a realidade há bem pouco tempo.-----

O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) pediu a palavra, para fazer um pequeno enquadramento histórico sobre esta matéria, lembrando que foi com ele como Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo que se tinham iniciado estas transferências.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com quatro abstenções da bancada da CDU.-----

**PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA:  
CONTRATO-PROGRAMA PARA A ANO DE 2019 A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO  
CASA MEMÓRIA DE CAMÕES EM CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra referiu que se tratava da minuta de Contrato Programa que vinha no seguimento do que já tinha sido aprovado no ano passado. Refletia as obrigações do Município e as obrigações da Casa Memória de Camões. O apoio concedido era de dezasseis mil euros anuais, para o desenvolvimento de um conjunto de atividades devidamente tipificadas. -----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra, reconhecendo o mérito e a importância da Casa Memória de Camões em Constância. Aproveitou para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se já tinha conseguido fazer alguma diligência, nas negociações com o Ministério da Cultura.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que estava agendada para a próxima reunião da Comunidade Intermunicipal, uma proposta para que fosse reconhecida a importância regional da Casa Memória de Camões. Informou, que estava agendada uma reunião com a Senhora Ministra da Cultura, para o próximo dia catorze de março.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma declaração de interesses na qualidade de membro da Direção da Casa Memória de Camões, não iria participar neste ponto.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**PONTO 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA:  
INSTALAÇÃO DE QUIOSQUE DE LAVANDARIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PARA  
DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que a arrendatária do Parque de Campismo tinha interesse em instalar uma lavandaria self-service. Dada a

mais-valia para o Concelho, propunham que fosse concedida a isenção das taxas, por não serem enquadráveis no Regulamento de apoio ao Investidor.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) solicitou a palavra referindo que gostaria que esta proposta fosse acompanhada com um parecer de um arquiteto da área urbana.-----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) solicitou a palavra questionando se não existia um Regulamento de Urbanização e Edificação que contemplasse esta situação. A questão que colocava era saber se esta instalação cumpria todos os parâmetros do Regulamento, tinha a noção que não cumpria. Advertiu que no futuro este equipamento iria ter interferências ao nível da sobrecarga dos esgotos e do consumo de água. Por fim, questionou a razão desta isenção que nem postos de trabalho iria criar.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra referiu que esta situação era acompanhada por um parecer dos serviços técnicos da Câmara Municipal que lhe merecia toda a credibilidade. Reconheceu que não criaria postos de trabalho mas, oferecia um serviço de interesse para a comunidade.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra, referindo que em situações anteriores aquando da gestão da CDU, a bancada do Partido Socialista se tinha manifestado contra a aprovação destas isenções, por entender que poderiam acontecer situações de benefício em detrimento de outros. Posteriormente, tinha sido aprovado um *Regulamento de Apoio ao Investidor* que contemplava essas situações de isenção no sentido de as clarificar. Tratando-se de uma situação não enquadrável no *Regulamento*, existia a necessidade de decidir sobre a mesma. Tratava-se dum caso muito particular, porque se a empresa optasse por instalar o equipamento no interior do Parque de Campismo, não haveria lugar ao pagamento de taxas. O que lhe parecia era existir também algum interesse por parte do Município para que este investimento tivesse disponível para todos os munícipes, atendendo que era um equipamento que não existia no Concelho.----  
Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com um voto contra do MIC e quatro abstenções da CDU.-----

**PONTO 9 - DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – RECEBIMENTOS EM ATRASO, PAGAMENTOS EM ATRASO E COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PARA CONHECIMENTO**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que se tratava de um documento para conhecimento. Referindo que o Município não tinha pagamentos em atraso.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, questionando se os recebimentos em atraso se referiam apenas às Estradas de Portugal, ou se haveria mais alguma coisa.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão dos Serviços Técnicos para responder à questão apresentada.-----

O Chefe da Divisão dos Serviços Técnicos no uso da palavra, fez uma resenha histórica do problema existente sobre o recebimento em atraso relacionado com as Infraestruturas de Portugal, que diziam respeito a um acordo tripartido, efetuado entre a Câmara de Constância, a Câmara de Vila Nova da Barquinha e as Infraestruturas de Portugal, tendo sido estipuladas as percentagens para cada um e a percentagem pertencente às Infraestruturas de Portugal não tinha sido paga. Os quarenta e dois mil euros resultavam da situação descrita.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

**PONTO 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS PROGRAMA DE 2015, 2016 E 2017 DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que se tratava de documentos relacionados com a prestação de contas do *Centro de Ciência Viva*, referentes aos anos descritos. Informou que já tinham sido presentes a reunião do executivo e agora eram presentes a esta Assembleia Municipal para conhecimento.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, para chamar à atenção do atraso com que os relatórios eram submetidos para conhecimento do executivo.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

**PONTO 11 - RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS PROGRAMA DE 2017 E 2018 DA ASSOCIAÇÃO CASA MEMÓRIA DE CAMÕES EM CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que no seguimento da inspeção efetuada pelas Finanças no mandato anterior, que incidiu sobre o mandato autárquico de 2009 a 2013, tinham sido efetuadas algumas recomendações e entenderam proceder em conformidade com as mesmas.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

**PONTO 12 - DENÚNCIA DE INCUMPRIMENTO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS E DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – RELATÓRIO DAS DILIGÊNCIAS EXTERNAS EFETUADAS PELA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS – PARA CONHECIMENTO**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que após a inspeção, conforme tinha sido dado conhecimento anteriormente, foram referenciadas um conjunto de recomendações para dar cumprimento. O relatório era apresentado para que os Senhores Deputados dele tivessem conhecimento.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

**PONTO 13 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para questionar qual o balanço da iniciativa “Gostar de Constância” e os custos da mesma.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o balanço da iniciativa referida tinha sido positivo. Foram homenageados na iniciativa, um conjunto de empreendedores jovens do Concelho.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

**PONTO 14 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE**-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, questionando sobre os maus cheiros que se fizeram sentir no Centro Escolar de Santa Margarida, se já existia alguma

conclusão final e se a CCDRLVT (Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo) tinha dado algum apoio à Câmara Municipal nesse sentido. Relativamente à Zona Industrial gostaria de saber o ponto de situação sobre o processo relacionado com os lotes de terreno, na divergência existente entre as partes e a sua eventual devolução ao Município, assim como, qual era atualmente o número de trabalhadores existentes na zona industrial. Também questionou sobre a ligação de Montalvinho a Martinchel, nomeadamente se a Câmara Municipal de Abrantes já tinha procedido à respetiva análise desta questão. Referiu da necessidade do arranjo das *Escadinhas do Zêzere*, no vizinho Concelho de Vila Nova da Barquinha. Solicitou informação sobre a abertura do Fluviário no Centro Náutico. Perguntou se já tinha sido colocado um médico de Saúde Oral no nosso Concelho, conforme assunto referido em reunião anterior pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Solicitou informação sobre a recusa de passagem de atestados médicos para efeitos de renovação da carta de condução no Centro de Saúde de Constância. Relativamente ao estrangulamento que se verificava na Estrada Militar que ligava a EN. 118, ao Campo Militar de Santa Margarida, pretendia saber o que estava para ser feito nos taludes e se, era o Campo Militar a fazer as obras em colaboração com a Câmara Municipal. Por fim, manifestou a sua concordância com algumas preocupações que o munícipe Luís Valério trouxe à Assembleia Municipal relativamente ao Eco-Parque do Relvão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra esclareceu que em relação ao Centro Escolar de Santa Margarida, a informação que tinha, era que presentemente não se faziam sentir maus cheiros no equipamento escolar. Os valores registados pelo equipamento lá colocado estavam dentro dos parâmetros normais. Relativamente à Zona Industrial de Montalvo, havia um processo relativo a um dos lotes da zona industrial, cuja decisão já tinha transitado em julgado dando razão ao Município. Esse lote iria reverter para o Município. Quanto ao número total de trabalhadores existentes na Zona Industrial, não tinha esse número de memória. Relativamente ao projeto de estrada *Montalvinho – Martinchel*, era um assunto que não estava esquecido, mas devido a dificuldades financeiras e pelo facto de não haver financiamento para este tipo de infraestruturas, teria de ficar para outra altura. Sobre as *Escadinhas do Zêzere*, já tinha falado com o colega de Vila Nova da Barquinha que lhe transmitiu o problema de sempre, de não ter possibilidades financeiras para intervir naquele espaço. Relativamente ao *fluviário*, a inauguração era no dia seguinte (vinte e três de fevereiro) no local, pelas quinze horas. Tratava-se de um investimento privado e toda a logística era da responsabilidade do promotor. A Autarquia

não tinha tido qualquer investimento no projeto. Relativamente ao protocolo da Saúde Oral com a ARSLVT, o mesmo estava a ser devidamente analisado no respeitante a uma adenda que tinha sido enviada. Quanto aos atestados médicos para a carta de condução, os médicos de família não estavam obrigados a emití-los. Quanto à questão da Estrada Militar, era um processo que estava a ser desencadeado pela Brigada Mecanizada. A colaboração existente com o Campo Militar de Santa Margarida sobre o assunto era uma colaboração de diálogo, alertando para os perigos daí resultantes. A informação que tinha era que estava para breve a intervenção naquele local.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que na Rua do Cabeço na Portela, há uns anos atrás, tinha sido aberto um arruamento sem saída. Recentemente, um herdeiro do proprietário informou-o que a Câmara Municipal não estava a cumprir o acordo estabelecido. O acordo feito na altura referia que dado o Senhor Mário Amaral da Silva, ter cedido os terrenos para se abrir a estrada (Rua), a mesma ficaria com o nome dele. A placa foi lá colocada com o nome de *Rua Mário Amaral da Silva*, e assim ficou. Há relativamente pouco tempo, a casa antiga foi destruída e desapareceu a placa com o nome da Rua. Pedia assim, que a Câmara Municipal verificasse esta situação. Outra questão que apresentou foi sobre o que é que tinha sido feito aos rolos de relva que se encontravam no campo de futebol e, o que é que o Executivo estava a pensar fazer com os mesmos. Sobre uma notícia da entrega das chaves dos Bombeiros Voluntários ao Município, perguntou se o socorro no Concelho estava devidamente assegurado. Também gostaria de ter uma cópia do ofício que o Senhor Presidente da Câmara Municipal leu, do Senhor Ministro das Infraestruturas, que agora já não era Ministro. Pediu para o Senhor Presidente responder quanto custou o “Gostar Constância” e por último, informação sobre um edital referente a assuntos da floresta.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que pretendia dar cumprimento à promessa feita por executivos anteriores, relacionada com a placa da rua mencionada. Relativamente aos rolos da relva, encontravam-se guardados no armazém municipal de Vale de Mestre. Relativamente à entrega de chaves do Quartel dos Bombeiros Voluntários, tinha sido feito um pequeno memorando, que fez chegar às Senhoras Vereadoras, sobre a situação dos Bombeiros. A situação que conheceu tinha a ver com dificuldades financeiras internas dos Bombeiros Voluntários fruto de uma dívida dos Hospitais Públicos aos Bombeiros, no valor de trezentos e noventa e cinco mil euros. O que lhe foi transmitido foi de que a situação dos combustíveis estava salvaguardada e que o socorro à população estava garantido, foi isto que lhe foi transmitido pelo Senhor



Comandante e Tesoureiro da Associação. Disse ter referido que em caso de necessidade o Município deixaria abastecer as viaturas no armazém municipal e que, todas as famílias ligadas aos Bombeiros Voluntários que precisassem de ajuda ao nível de bens alimentares tinham a disponibilidade da loja social para os apoiar. Informou que estava marcada uma audiência com a Senhora Ministra da Saúde para a próxima semana, com o Presidente da Câmara Municipal e os Órgãos Sociais dos Bombeiros Voluntários, para clarificar a situação das dívidas dos Hospitais Públicos à Associação Humanitária. Informou que já tinha sido reposta entretanto alguma verba salarial, relacionada com verbas do mês de dezembro e vencimentos do mês de janeiro. Tinham sido também carregados os cartões das refeições dos Bombeiros com cem euros cada. A Câmara Municipal acompanhava com preocupação e com interesse a procura de uma solução para os Bombeiros e estaria sempre disponível dentro das suas competências para o que fosse necessário nesta matéria.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra, informando que sobre os Bombeiros tinha ficado mais ou menos esclarecido e aliviado, porque o socorro continuava garantido. Questionou se poderia obter um esclarecimento sobre uma verba existente no orçamento deste ano, para o Campo de Futebol.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a verba se destinava à rega do Campo de Futebol. Informou que a Casa do Povo de Montalvo tinha apresentado uma candidatura para os Balneários no âmbito do PRID (Plano para a Reabilitação de Instalações Desportiva), com o apoio da Câmara Municipal na parte não participada desse projeto. Aguardava-se o resultado dessa candidatura, já submetida à respetiva entidade.-----

A Senhora Deputada Vanessa Almeida (PS) pediu a palavra para em relação à questão dos Bombeiros e ao socorro assegurado, esclarecer que Constância era neste momento um PEM, (Posto de Emergência Médica), ou seja, quando caíam as chamadas via 112, o corpo de Bombeiros era obrigado a aceitar. A única situação que podia comprometer o socorro era a falta de gasóleo que também estava devidamente salvaguardada pela disponibilização da Câmara Municipal em autorizar o abastecimento de combustível no armazém de Vale de Mestre.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

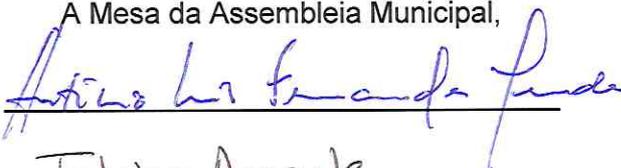
-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos.-----

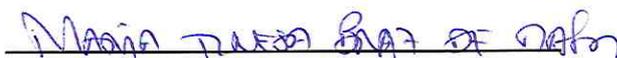
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----  
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

  
\_\_\_\_\_  
Filipe Amade

\_\_\_\_\_  
Filipe Amade

  
\_\_\_\_\_  
Maria Teresa Brat de Orlon



## Anexo I

“Parque Infantil Dr. Luís Soares

### Recomendação

Em 2 de Novembro de 2017 o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a conhecer, através da (Folha Informativa) à população de Montalvo a decisão de encerramento do Parque Infantil localizado no Jardim Dr. Luís Soares em Montalvo derivado da falta de condições de segurança e na sequência de um auto levantado pela ASAE.

Ninguém de bom senso pode questionar a necessidade de manter todos os equipamentos públicos, e particularmente os Parques Infantis, com todas as exigências de segurança.

Na sessão de Abril de 2018, tendo a bancada da CDU levantado a questão do encerramento daquele equipamento, que tanta falta faz ao divertimento das crianças da zona, situado na zona populacional mais densificada de Montalvo, foi informado pelo Senhor Presidente que o espaço seria objeto de um projeto e de uma candidatura de financiamento à referida obra.

Tendo em conta o fato de até á presente data tal candidatura ainda não ter sido aprovada e provavelmente não existir data para a sua aprovação a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 22 de Fevereiro de 2019 recomenda ao Executivo Municipal o seguinte:

- a) Aquisição do equipamento mínimo, necessariamente certificado, que possa colocar o Parque em funcionamento.
- b) Que o ou os equipamento(s) a adquirir esteja(m) de acordo com o projeto existente (caso exista) de forma a que aquando da realização da obra já não ser necessário a sua compra.
- c) Por último recomenda à Câmara Municipal que, independentemente da solução encontrada pelo Executivo que o Parque Infantil seja reaberto, nas condições de segurança legalmente exigidas, o mais rapidamente possível.”

Os eleitos da CDU

Constância 22 de Fevereiro de 2019”